



DE VOLTA AO PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE: podem as universidades serem os novos polos de crescimento?

Autores:

Antonio de Oliveira Jr - Universidade Federal de Uberlândia - antonio.oliveira@ufu.br

Resumo:

A expansão do ensino superior, política implementada pelo governo Lula (2003-2011) estimulou uma série de estudos que trataram desde o papel das universidades nos processos de democratização do acesso a uma formação superior até estudos que focaram nas escalas de ação e nos efeitos decorrentes da localização das instituições de ensino superior (ies's) nos processos de desenvolvimento dos lugares e das regiões. A grande maioria desses estudos mais focaram a escala local do que uma análise que se preocupasse em entender o impacto dessas ies's nas regiões, sobretudo nas regiões geradas pelas próprias ies's, ou mesmo no território. Este trabalho tem como proposição contribuir para análise do papel da universidade como vetor de crescimento econômico dos lugares e das regiões, a partir de uma releitura da Teoria dos Polos de Crescimento, elaborada por Perroux nos anos 50 e de uma proposição de análise.



DE VOLTA AO PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE: podem as universidades serem os novos polos de crescimento?

INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior, política implementada pelo governo Lula (2003-2011) estimulou uma série de estudos que trataram desde o papel das universidades nos processos de democratização do acesso a uma formação superior até estudos que focaram nas escalas de ação e nos efeitos decorrentes da localização das instituições de ensino superior (ies's) nos processos de desenvolvimento dos lugares e das regiões. A grande maioria desses estudos mais focaram a escala local do que uma análise que se preocupasse em entender o impacto dessas ies's nas regiões, sobretudo nas regiões geradas pelas próprias ies's, ou mesmo no território. Significativo assinalar que toda esta política tem um grau de eficácia, mas também alguns percalços no meio do caminho que em muitos casos trouxe mais problemas do que soluções ou poucos efeitos positivos para o desenvolvimento.

Este trabalho tem como proposição contribuir para análise do papel da universidade como vetor de crescimento econômico dos lugares e das regiões. A questão principal colocada, se as universidades podem ser entendidas como polos de crescimento, é fruto de nossas pesquisas desde 2015. Aqui, neste texto, trazemos um pouco do que já temos discutido, sobretudo em relação ao pensamento de François Perroux, que se torna um desafio, sobretudo na perspectiva não apenas de uma análise das suas formulações teóricas, mas de resgatar sua trajetória na América Latina, parte que não vai ser abordada neste texto.

Este trabalho está dividido em quatro partes: na *primeira parte*, “O retorno de Perroux”, apresentamos a importância de discutirmos um teoria do espaço, elaborada em um momento histórico que praticamente definiu os rumos do capitalismo na transição do século XX para o XXI; na *segunda parte*, “A teoria dos polos de crescimento: uma breve leitura”, para dar sustentação teórica a nossa reflexão, de modo a responder a questão colocada no título do trabalho, farei inicialmente, uma breve leitura da Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux, por entender que esta teoria responde a questões contemporâneas, diante da nova dinâmica do capitalismo, que longe de ser homogênea, se mantém como hegemônica mas espacialmente desigual nos territórios; na *terceira parte*, “As novas formas do polo”, uma reflexão sobre as novas estruturas produtivas para dar início a *quarta parte*, “As universidades como fator de desenvolvimento e os impactos locais e regionais”, onde discutimos o papel das instituições de ensino superior como vetor de crescimento e desenvolvimento das cidades e das regiões; na *quinta parte*, “A universidade, um polo?”, trazemos alguns estudos que analisam a dimensão da importância destas instituições nas diversas escalas espaciais; e, na *sexta e última parte*, apresentamos como forma de conclusão (mesmo que inconclusiva) a questão que estimula a elaboração deste texto, “Podem as universidades serem os novos

polos de crescimento: proposta de análise” onde apresentamos quinze questões necessárias para avaliarmos o papel das universidades na estruturação urbana-regional.

O RETORNO DE PERROUX

Quase setenta anos depois da formulação da teoria dos polos de crescimento (PERROUX, 1950), após alguns ciclos de ausência nas análises urbanas e regionais, o seu retorno ao debate tem proporcionado várias leituras, que vão desde um resgate da importância da teoria no pensamento regional brasileiro (JESUS e SPINOLA, 2015; PEDROSA, 2017;) a novas abordagens no âmbito dos estudos das novas formas de localização de atividades econômicas e seus efeitos nas dinâmicas e nas múltiplas escalas espaciais do território (PIRES DO RIO, 2012; BRANDÃO, 2004; LIMA, 2003;).

Este retorno ao cenário do debate das economias regionais e das geografias econômicas dos territórios, ainda muito escasso e precário, porém promissor, surge paralelo as transformações nos processos produtivos que culminaram em novas formas de organização espacial da produção e em novas estratégias de localização. Boisier (1994, p.7) assinala que,

La teoría de los polos de crecimiento como fundamento racional de la planificación regional pasó entre mediados de los años cincuenta a mediados de los setenta por el ciclo vital de nacimiento, auge y declinación. Curiosamente, hay que mencionarlo al pasar, ya en la década de los noventa parece experimentar una suerte de metamorfosis y muchos de los conceptos básicos reaparecen ahora vinculados a las nuevas formas de industrialización del capitalismo tecnológico post-fordista, especialmente bajo la forma de parques tecnológicos.

Uma outra forma espacial de produção, impulsionada no Brasil Grande do regime militar (1964-1985), que passa a ser amplamente discutida nos anos noventa, os Grandes Projetos de Investimentos (GPI's), também tiveram, embora de forma indireta, os polos como base teórica para entender estes empreendimentos que mobilizavam tanto populações para o trabalho quanto as expulsavam de suas terras, bem como eram capaz de mobilizarem recursos territorializados, já que se tratavam de economias polarizadoras para todas os níveis de escalas espaciais. (VAINER, 1990; Vainer e Araújo, 1992).

Mais uma vez, é Boisier (2001) que nos recorda da importância e da necessidade do resgate do pensamento de Perroux e da urgência de discutirmos sua teoria. Em suas palavras:

Probablemente no hay otro economista contemporáneo cuya memoria merezca más ser rescatada que François Perroux, cuyo nombre aparece casi siempre vinculado a la teoría (¿era realmente una teoría?) de los polos de crecimiento, pero cuyo pensamiento abarcó áreas mucho más amplias y complejas del pensamiento económico. En cualquier caso, aquella

afirmação célebre: “El hecho burdo, pero sólido, es éste: el crecimiento no aparece en todas partes a la vez, se manifiesta en puntos o polos de crecimiento con intensidades variables; se esparce por diversos canales y con efectos terminales variables para el conjunto de la economía”, mantiene una validez insospechada seguramente por el propio autor. (BOISIER, 2001, p. 17)

Quanto aos polos de crescimento, Boisier (2001) nos lembra que,

Desde luego, los polos de crecimiento, lejos de estar muertos, están sumamente saludables, aunque se han vestido ahora con el ropaje propio de la revolución científica y tecnológica, como lo planteaba en una oportunidad Boisier (1981) porque, bien pensada la cuestión, los “tecnopolos” no pueden desmentir su propio ADN que los liga indudablemente al concepto perrouxiano original. Pero más allá de esta afirmación, lo que interesa en el contexto de este documento es que la dinámica de crecimiento descrita en la frase del economista francés corresponde casi exactamente a la dinámica territorial del desarrollo, a aquella dinámica que Muller, según se anotó, define como la lógica de la regulación horizontal o territorial que según él, era la lógica propia pre-moderna, de las sociedades primitivas o feudales. (BOISIER, 2001, p. 17)

Dadas as justificativas necessárias para definitivamente começarmos a traçar um caminho de análise da teoria dos polos de crescimento, é interessante assinalar que vivemos um momento histórico no qual os movimentos das homens no espaço e conseqüentemente suas ações materiais, sobretudo as econômicas, diante de suas próprias e cada vez maior, velocidades, que criam e recriam uma complexidade de redes e novos atores além de darem um novo sentido as temporalidades, buscam sua compreensão e explicação nas teorias elaboradas no pós-segunda mundial. Desta forma, autores como Perroux, Myrdal e Hirschman, além de Friedman, North entre outros, nos trazem, senão respostas, elementos para entendermos algumas novas dinâmicas espaciais.

Longe da rigidez teórica, muito comum em várias formulações que se preocupavam, não apenas em entender o mundo confuso e conflituoso após a segunda guerra mundial, mas principalmente em propor novas formas e modelos de desenvolvimento, os movimentos atuais do capital e das políticas de desenvolvimento requerem uma flexibilização do entendimento dos processos espaciais decorrentes das ações, não apenas estatais, mas também das empresas, das instituições e dos movimentos sociais e alternativos que propõem novos formatos de inclusão, como por exemplo, a economia solidária.

A TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO: UMA BREVE LEITURA



Se a elaboração de uma teoria possui um ano de nascimento, o ano de 1950, marca o surgimento da Teoria dos Polos de Crescimento, ou pelo menos de um de seus conceitos-chave, o de espaço econômico, com a publicação em fevereiro de 1950, do artigo de François Perroux, *Economic Space: Theory and Applications*, no periódico *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 64. Marco do pensamento econômico que alimentou as ideologias e as práticas do planejamento regional na América Latina, na proposição de políticas públicas de cunho desenvolvimentista, do qual saíram da burocracia estatal uma leva de estratégias nomeadas de planos e programas, a Teoria dos Polos de Crescimento, contribuiu, mesmo com todas as críticas (CORAGGIO, 1972; SANTOS, 1974) para o desenvolvimento dos estudos regionais. O objetivo desta parte do artigo é apresentar a teoria em si, tendo como ponto de partida a obra “A Economia do Século XX”, de François Perroux, que reuniu textos publicados em diferentes momentos, inclusive o citado anteriormente neste mesmo parágrafo.

Começamos pelos espaços econômicos. Para Perroux (1967), os espaços econômicos, então definidos por relações econômicas entre elementos desta mesma natureza, são considerados redutíveis a três tipos principais: os que expressam um conjunto homogêneo; os que expressam o conteúdo de um plano; e, os que expressam um campo de forças. Sob um olhar a partir das empresas, Perroux considera o significado de cada um desses espaços. Para o desenvolvimento posterior de sua teoria, contudo, o fundamental é a localização das empresas no espaço econômico definido como campo de forças. Como tal, este espaço

é constituído por centros (polos ou sedes) de emanção de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsão, tem o seu próprio campo, que é invadido pelo campo de outros centros. Sob este aspecto, um qualquer espaço vulgar é receptáculo de centros e pontos de passagem de forças. Considerada como centro, a empresa liberta forças centrífugas e forças centrípetas. Atrai ao seu espaço vulgar homens e coisas (concentrações materiais e de pessoas em torno da empresa) ou afasta-os dele (afastamento das atividades turísticas, terrenos reservados para uma expansão ulterior, etc). Atrai os elementos econômicos, ofertas e procuras, ao seu espaço de plano, ou afasta-os dele. Neste processo, determina-se a zona de influência econômica, ligada ou não à zona de influência topográfica” (PERROUX, 1967, p.151)

A partir dessas considerações Perroux critica a economia espacial tradicional que, por interpretar a economia diretamente no espaço banal, torna-se processo de localização. Sua análise vai no sentido explícito de compreender as interrelações econômicas para além das limitações físicas e políticas. Todavia, a transposição que faz do plano dos espaços econômicos abstratos para o da banalização das atividades produtivas é marcada por uma constatação empírica:

O fato rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em

pontos ou polos de crescimento, propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.”(PERROUX,1967, p.164)

Darwent (1969), afirma esta frase acima citada causou muita confusão, por levar a entender que Perroux define os polos de crescimento de forma mais específica em relação aos espaços econômicos e não em relação ao espaço geográfico, que ele considerava como um espaço banal. Para Perroux (1967), desenvolvimento é desequilíbrio, e este processo no espaço pode ser apreendido através de conceitos como os de polarização e inovação, considerados fundamentos dos processos de transformação espacial e estreitamente relacionados com a atividade industrial, considerada motor do desenvolvimento das nações.

O surgimento de novas atividades industriais ou de sua expansão, espraia-se ao conjunto da economia através de três mecanismos/processos definidos: preços, fluxos e antecipações. Para investigar as polarizações determinadas desse modo, Perroux analiticamente recorta suas observações em três planos subsequentes: a indústria motriz e o crescimento; o complexo de indústrias e o crescimento; e, a expansão das economias nacionais.

Perroux considera que para ocorrer esta integração é necessário que determinados tipos de indústrias exerçam um fator de atração para outras indústrias. Essas indústrias, denominadas de indústrias motrizes, são capazes de concentrar um grande volume de capital sobre um único ponto do território, atraindo para a região de implantação outras indústrias que tornaram a região, antes estagnada, agora desenvolvida. Esta ideia de desenvolvimento polarizado surge num processo de antecipação, ou seja, as oportunidades ótimas de localização de um polo sobre o território, são previamente estudadas e articuladas com outras antecipações sobre o mesmo território, de modo a formarem uma rede de impulsos indutores de desenvolvimento.

A concentração de várias destas indústrias motrizes num único ponto do território, na forma de um polo, age segundo Perroux, como intensificadora de atividades econômicas e de relações humanas, apoiadas por uma estrutura urbana consolidada capaz de criar

tipos de consumidores de consumo diversificado e progressivo, em comparação com os do meio agrícola. Surgem e encadeiam-se necessidades coletivas (alojamento, transportes, serviços públicos). Ao lucro dos negócios vem sobrepor-se rendas de localização. Na ordem da produção, há tipos de produtos que se formam, interinfluenciam, criam as suas tradições e eventualmente participam num espírito coletivo - empresários, trabalhadores, quadros industriais. (Perroux, 1967, p. 165)

Enfim, a consolidação de uma rede urbano-industrial e de relações econômicas estaria segundo o autor, vinculada à implantação de um polo. Deste modo, o polo é visto como o grande agente de redução das disparidades regionais. No entanto, a avaliação das políticas regionais de planejamento que tinham o polo de Perroux, como base para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países latino-americanos demonstrou justamente o inverso.

O processo de polarização tinha caminhado de forma inversa: não apenas fortaleceu a concentração das forças produtivas em grandes áreas urbanas, como aumentou as desigualdades intra e inter-regionais nos territórios. Esta discussão é publicada na obra publicada pela Siglo Veintiuno Editores em cooperação com o ILPES (Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social) e ILDIS (Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales), “Planificación regional y urbana em América Latina”, que apresentou os textos do “Primer Seminario Internacional sobre Planificación Regional y Urbana”, realizado em Viña del Mar, Chile, em abril de 1972. Mas por ora, não trataremos desta discussão, embora ela mereça seja recuperada.

A caracterização da indústria motriz, segundo Perroux (1967), tem por base a assunção antecipada de algumas características de ponta da grande indústria moderna: o nível de concentração de capital, a separação dos fatores de produção, a decomposição técnica de tarefas e a mecanização. Isto faz com que, durante o período em que o diferencial estabelecido por essas características for significativo, elas apresentem uma taxa de crescimento acima da média do setor e da própria economia como um todo.

Perroux (1967) afirma que a atuação da empresa motriz em relação à outras empresas se dá através de ligações técnicas e econômicas (preço). A ação exercida sobre o produto global realiza-se a partir das inovações (que influenciam primordialmente os preços, mas também os fluxos) e das antecipações (onde o peso das influências se inverte). A indústria motriz é aquela que mediante o aumento de seu volume de produção ou de compra de serviços é capaz de aumentar o volume de produção e compra de serviços de outras indústrias.

A análise do complexo industrial caracterizado como a articulação entre um centro de extração de matérias-primas, um produtor de energia e centros intermediários ou de transformação, introduz um novo conceito relativo à própria indústria e dois elementos de natureza distinta. O conceito é o de indústria chave como aquela (motriz) capaz de induzir na totalidade considerada um crescimento mais que proporcional do produto global. Essa caracterização é vista como histórica. No entanto, as atividades processadoras de matérias-primas, produtoras de energia e os transportes são apontados como tendentes a se constituírem como indústrias chave, independentemente do contexto econômico, social e político. Neste ponto, Perroux (1967), assinala que,

O fato decisivo é que em toda e qualquer estrutura de uma economia articulada existem indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de crescimento. Quando estas forças provocam um aumento do volume de vendas de uma indústria-chave, provocam também a forte expansão e crescimento de conjunto mais amplo (PERROUX, 1967, p.173)

Os novos elementos introduzidos na discussão do complexo industrial dizem respeito a seu regime não concorrencial e ao fato da concentração espacial. O regime acordado entre oligopólios, monopólios e pequenas empresas, é visto como fator de crescimento na medida em que é suposto que, ao longo prazo, a indução provocada pela indústria-chave é maior do que na presença da concorrência.



A consideração da concentração espacial dá um caráter singular ao complexo, situação em que Perroux o denomina de polo industrial complexo. São acrescentadas consequências específicas à atividade da indústria-chave e ao regime não competitivo do complexo. Registram-se intensificações das induções de crescimento pelo fato da proximidade física e das disparidades regionais. consequentes.

O conjunto das ideias de Perroux (1967) transparece uma evidente dificuldade de resolução teórica da passagem entre o espaço econômico - abstrato - e o espaço físico. Se há coerência e lógica nas articulações que especifica no plano econômico, não há explicação para seus efeitos territoriais. A noção de polo incorpora à de complexo industrial o fato da concentração física, portanto um elemento do espaço banal, através de elementos econômicos – que permitem ganhos de aglomeração e de urbanização. Esse salto entre espaços é um ponto cego, tanto nos textos de Perroux quanto nos de seus seguidores. A questão, no entanto, não evitou que o próprio formulador da teoria trabalhasse diretamente sobre os processos de ordenamento territorial. Particularmente no capítulo A empresa motriz na região e a região motriz, Perroux exercita um verdadeiro processo de construção regional, utilizando-se do que se poderia chamar de uma apropriação banal (no duplo sentido) dos conceitos definidos no espaço econômico abstrato.

Para elaborar um modelo de crescimento que tenha em conta ‘regiões’, consideremos um conjunto constituído por várias ‘regiões’. O ponto de vista principal de que nos servimos é o de espaço polarizado (...). Procederemos, passo a passo, por aproximações sucessivas: 1) construção duma região onde se exerçam as influências assimétricas duma empresa (indústria) motriz; 2) combinação desta região com outra estruturalmente caracterizada; 3) passagem a um conjunto nacional constituído por várias regiões; 4) indicação de como se pode passar a um conjunto de várias nações.” (PERROUX, 1967, p. 222)

Do exposto pode-se verificar que a teoria dos polos de desenvolvimento, se deixarmos de lado suas questões teóricas problemáticas e considerarmos o plano das formulações sobre o espaço geográfico, tem na noção de polarização um dos cerne da concepção de ordenamento do território. E este ordenamento formaliza-se como regionalização. Os polos são vistos como geradores de regiões, elemento crucial quando da apropriação da teoria como fundamento para o planejamento territorial. Neste campo, aliás, a conceituação original frutificou sem maior rigor. Difundiram-se amplamente conceitos como os de “região homogênea”, “região plano” e “região polarizada”, na forma de traduções “naturais” correspondentes, respectivamente aos espaços econômicos que expressam conjuntos homogêneos, conteúdos de plano e campo de forças. Desse modo, os critérios teóricos dessa “ciência regional” decorrente do campo de pensamento de Perroux admitem regiões caracterizadas por identidades (regiões homogêneas e de planejamento) e heterogeneidade (região polarizada). Neste último caso, explicita-se uma noção de região como locus de fluxos de elementos econômicos.

AS NOVAS FORMAS DOS POLOS

Posto esta pequena e simples leitura da teoria de Perroux, é importante assinalarmos alguns pontos para que nos ajude a entender a sua atualidade. As transformações estruturais ocasionadas pelas mudanças tecnológicas no final dos anos 60, início dos anos 70, que Harvey (2007), vai denominar de regime de acumulação flexível, resultou não apenas em um novo modo de produção, mas também em um modo de regulamentação social e política.

Este novo regime de acumulação resultou também na alteração das lógicas tradicionais de localização das atividades econômicas, que resultou em configurações espaciais de produção, bastante específicas, como o modelo italiano de desenvolvimento regional conhecido na literatura como Terceira Itália, baseado em distritos industriais, “emblemáticos como exemplos de reação e adaptação às tendências de globalização e às reestruturações geradas pelos novos paradigmas tecnológicos” (GALVÃO, 2000, p. 7).

Estes distritos industriais resultaram em concentrações geográficas bastante diversificadas, não somente na sua estrutura empresarial que agregou firmas de pequeno, médio e grande porte como na sua estrutura produtiva, numa mescla de atividades que iam da tecnologia às áreas de prestação de serviços. (GALVÃO, 2000) e em uma perspectiva de compreensão Becattini (1994), trás a discussão do distrito marshalliano, do qual não nos debruçaremos.

Relevante é o fato de que nessa nova era de produção, fundamentada na tecnologia não apenas dos produtos, mas também dos complexos sistemas de produção, o setor de serviços vem superando consideravelmente o setor industrial. Apenas para ilustrar, dados do IBGE (2017) indicam que a participação percentual do valor adicionado bruto das atividades econômicas no Brasil, um país subdesenvolvido, dependente e extremamente desigual, para o período de 2010 a 2015, apresentaram percentuais bastante significativos para o setor de serviços da economia que aumento de 67,8% (2010) para 72,5% (2015), enquanto o setor industrial houve uma queda significativa de 27,4% (2010) para 22,5% (2015) e o setor agropecuário, um inexpressivo aumento de 4,8% (2010) para 5% (2015). Segundo o IBGE (2017), “os maiores incrementos na participação foram verificados nas atividades Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.”(IBGE, 2017, p. 7).

Se a participação expressiva do setor terciário na economia, expressa uma nova configuração produtiva, a implantação de grandes empreendimentos de comércio de produtos alimentícios, por exemplo, hipermercados, bem como grandes shoppings, nos leva a pensar se estes empreendimentos não são capazes de exercerem efeitos multiplicadores nos moldes propostos por Perroux, de atração e repulsão, mesmo que em uma escala apenas urbana em alguns casos.

Desta forma, se quisermos diversificar a nomenclatura, além da indústria motriz podemos adotar o termo *empreendimento motriz*, definido como empresas de grande porte ou qualquer empresa com capacidade de atrair um volume de investimento considerável, ocupando uma grande área, com o intuito de atrair um mercado consumidor local e, ou

regional com efeitos positivos e negativos multiescalares. Assim, podemos incluir neste rol, empreendimentos como shoppings, hospitais, hipermercados e campi universitários, base da nossa reflexão. É que veremos a seguir.

AS UNIVERSIDADES COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO E OS IMPACTOS LOCAIS E REGIONAIS

O desenvolvimento econômico e social dos lugares pode ser analisado a partir de várias vertentes, das quais destacamos a implantação de instituições de ensino e pesquisa, responsáveis não somente pela formação de mão de obra qualificada, mas pela geração de um conjunto de conhecimentos multiplicadores de produtos, técnicas, tecnologias e também de novos conhecimentos, se constituindo numa espiral do ciclo da produção científica.

As universidades são multi-escalares, pois possibilitam aos lugares se conectarem com o mundo ao mesmo tempo em que se enraizam localmente e regionalmente e se conectam globalmente, com significativos efeitos nos circuitos de produção e consumo da economia que repercutem de forma multiplicadora nas estruturas espaciais, sobretudo das cidades nas quais estão localizadas. A curto e médio prazo, expressam claramente o aporte de recursos do Governo Federal, que contribuí para o surgimento de várias outras atividades; e a médio e a longo prazo, as universidades contribuem com a qualificação de mão-de-obra, promovendo o desenvolvimento e a oferta de serviços qualificados, que seriam difíceis de dinamizar a nível local sem o ensino superior. Deste modo, as universidades, como instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento. O conjunto de suas atividades passa a dar origem a uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional.

Estudos diversos tem sido realizados com o objetivo de entender os efeitos dinâmicos e multiplicadores e os impactos gerados pela implantação de campi universitário no Brasil, seja do ponto de vista da política educacional seja a partir de um olhar que indique a inserção ou relação destas instituições nos lugares e nas regiões e seus impactos positivos e negativos, onde há um número menor, mas consideravelmente significativo e foco deste estudo.

Num mundo cada vez mais competitivo no qual as economias exercem um papel fundamental junto as sociedades e aos estados, formar pessoas para melhor qualifica-las e torna-las inseridas em um mercado global no qual os lugares e as regiões assumem a função de dirigirem o crescimento econômico, o motor alavancado pelo ensino superior possui o papel de contribuir para a promoção do desenvolvimento, não apenas econômico, mas social e cultural. As estatísticas comprovam que o modelo de desenvolvimento baseado no alcance de um nível de performance do ensino superior associado a altos investimentos em ciência e tecnologia contribuem para que os países, as regiões e os lugares tornem-se não apenas mais competitivos, mas com alto nível de qualidade de vida dado o elevado grau de

desenvolvimento socio-econômico. Independente disto a implantação de universidades em cidades pequenas e médias, causa um conjunto de efeitos, que possam vir a dinamizar ou não o crescimento de seus lugares.

Políticas como o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto no. 6.096, de 24 de abril de 2007, tem possibilitado não apenas uma democratização do acesso de milhares de estudantes ao ingresso ao ensino superior como também, contribuído para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento dos lugares. Isto pode indicar que nas próximas décadas algumas dessas cidades onde se instalaram novas universidades e novos campi, podem vir a se tornarem polos de produção econômica. No entanto, é necessário e prudente que também seja observado os impactos negativos, sobretudo para a população local, da atividade universitária, que já chega nos lugares excluindo, segregando e selecionando. Não podemos entendê-la como uma atividade produtiva comum, que aloca apenas trabalhadores especializados. A atividade universitária é uma economia que não gera produtos diretamente, mas sim uma quantidade considerável de valor embutido na qualidade do recurso humano produzido por meio do conhecimento. Se este é um de seus efeitos positivos indiretos não podemos deixar de lado uma leitura e análise de seus efeitos diretos, positivos e negativos.

Geralmente localizadas e implantadas em áreas urbanas, exceto algumas raras exceções que formam mão-de-obra para o mercado agrícola, as universidades tendem a causar uma gama considerável de efeitos que precisam ser analisados de forma a contribuir, inicialmente, para a formulação de políticas públicas setoriais de base municipal, principalmente as de planejamento e gestão urbana.

No final do século XX, com o advento do meio técnico-científico-informacional mudam a intensidade dos fenômenos e suas escalas. O novo modo de produção é global, cujas características principais são a unicidade técnica (ou pelo menos a busca de uma) com a universalidade das técnicas; a convergência dos momentos com a percepção universal “da simultaneidade; [e] a unidade do motor da vida social, com a universalização da mais valia.” (SANTOS, 1999, p.8)

Diante da aceleração das transformações ocorridas na esfera social e econômica, na qual o vetor informação passa a ser o principal motor das mudanças, o território é requalificado para facilitar (ou mesmo permitir) a circulação, não só e apenas de dados e informações, mas, sobretudo, de dinheiro. Dinheiro que especializa lugares e regiões, “criando áreas separadas onde a produção de certos itens é mais vantajosa [aumentando] a necessidade de intercâmbio [resultando] em espaços mais vastos.” (SANTOS, 1997, p.11). Esta especialização dos lugares comandada pelos recursos técnicos, condição na qual a sociedade está inserida, permite, facilita e consolida também o surgimento de redes complexas no território.

As mudanças anunciavam que no século XXI, o espaço econômico e junto com ele a geografia econômica poderiam elaborar novas formas de leitura e novos conceitos que possibilitassem um entendimento destas transformações. Se, inserir-se globalmente é uma das preocupações das empresas e dos lugares num ambiente onde a hegemonia de uma escala parece oprimir a existência de qualquer outra é plausível que a resistência a

determinados padrões de modos de viver resulte num conflito de escalas, numa busca ou mesmo de uma afirmação de identidades espaciais e dos próprios lugares, na valorização da memória e da história.

Benko (2001) destaca que estas transformações no espaço, que ele denomina de uma recomposição dos espaços [qualificadas] de deslocamento de escala é resultado da mudança de um sistema econômico mundial em um sistema econômico global, no qual a existência de uma ordem global difusa reflete a organização da produção no espaço elegendo novas escalas de ação em quatro níveis de análise: o mundial, o supra- nacional, o nacional e o regional. É no nível de análise regional que o local adquire uma importância primordial para se pensar o surgimento de novas regiões e de novas formas de produzir o (e no) território, requalificando-o, na possibilidade de tornar os espaços mais competitivos, mais inseridos nos mercados. São os lugares e as formas como se articulam e se conectam que constroem as regiões; são os produtos dos lugares que tornam os lugares inseridos nas economias regionais, nacionais e globais; e são os lugares que fortalecem as economias regionais.

Nas transformações em curso, os lugares vão adquirir um nível de especialização e concentração onde a ação voltada para estas “novas regiões”, construídas a partir da valorização com base na competitividade, especialização e seletividade dos lugares, não vai mais ser o planejamento regional e sim as estratégias de desenvolvimento local, no qual novas formas de aglomeração econômicas “produzirão” novos espaços econômicos.

Estas transformações trouxeram consigo mudanças estruturais, econômicas e espaciais nas sociedades e nos territórios. Todas apoiadas por um novo agente de transformação e de gestão: as instituições. Não que elas antes não cumpriram este papel.

Historicamente, as universidades podem ser consideradas instituições sólidas. Mas o que entendemos como instituições? Gonzalo Caballero-Miguez (2009), em um dos raros trabalhos que procuram construir uma análise geográfica das instituições, acredita que a abordagem institucionalista trabalhada a partir do enfoque da ciência regional, define instituição como

elemento definitorio del espacio para los actores políticos y sociales, y desarrolla bases teóricas que permiten comprender la identidad político-social y la construcción institucional del espacio a través de nociones clave sobre la vinculación entre el individuo y las instituciones de su entorno. (CABALLERO-MIGUEZ, 2009, p.2)

Iná Elias de Castro (2003) nos ajuda entender o significado do que seja instituição. Segundo a autora,

Esses significados derivam do seu conteúdo original de instituir que, além de fundar e criar, é também disciplinar, educar, formar. Para a sociologia as instituições constituem meios de socialização. São elas que asseguram a transmissão de normas e de valores sociais. Neste sentido, a família, a escola, a religião são instituições, assim como o são as instituições políticas

e judiciárias, além daquelas voltadas para normatizar a produção. Em sentido amplo, as instituições designam as regras do jogo numa sociedade. (CASTRO, 2003, p.13-14)

De um lado, temos uma visão que entende as instituições como um elemento que define as relações espaciais. Por outro lado, são também caminhos para uma socialização que acabam por influenciarem no jogo social. A instalação de uma instituição universitária em uma cidade tece uma série de imaginários sociais não tão novos assim: da universidade como castelo de saberes à universidade como espaço de produção da ciência, da modernidade, do futuro. E seus efeitos, tanto positivos quanto negativos, podem ser surpreendentes.

Se a leitura por nós conhecida nos diz que a expansão das universidades foi pensada para cidades polos, podemos estar diante de uma nova leitura da velha teoria dos polos de crescimento. O fato é que em muitos casos, a instalação de universidades em cidades pequenas e médias acaba representando uma retomada do desenvolvimento e crescimento social, político e econômico dos municípios, influenciando no aumento da oferta de emprego e da renda, devido ao montante elevado de recursos públicos destinados aos custos de implantação, que envolve basicamente infra-estrutura.

A UNIVERSIDADE, UM POLO?

Mas o que faz de uma IES um polo? Podemos considerar a indução dos fluxos de crescimento com a formação de mão-de-obra que dê conta de suprir demandas locais e regionais? Assim como induzem, as universidades atraem investimentos, pessoas, capital, que alocados na cidade permitem requalificar e dinamizar as economias locais, podendo até levar a especializações dos lugares.

Neste conjunto de mudanças, os lugares vão adquirir um nível de especialização e concentração onde a ação voltada para estas “novas regiões” construídas a partir da valorização com base na competitividade, especialização e seletividade dos lugares, não vai mais ser o planejamento regional e sim as estratégias de desenvolvimento local, no qual novas formas de aglomeração econômicas “construirão” novos espaços de produção. Desta forma, o polo transforma o seu meio geográfico imediato.

A questão que se coloca é: podemos entender a instalação de um campus universitário em uma cidade pequena ou média como uma atividade produtiva polarizadora? Como instituição de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, as IES assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento e suas atividades passam a ser uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional mais acelerado.

Garbossa (2017), ao analisar o papel das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento local e regional do Paraná, afirma que

a influência das Universidades sobre determinadas regiões tem sido apontada como fatores de transformações regionais. Nas políticas de desenvolvimento nacionais e regionais pode ser destacada a importância das Instituições de Ensino Superior, na configuração do processo de desenvolvimento econômico regional, e de fomentar ações mobilizadoras para o desenvolvimento local através da formação do capital humano. (GARBOSSA, 2017, p.2)

É claro que a presença em si da universidade não garante o desenvolvimento e muito menos o crescimento econômico local e regional. É necessário que as estruturas políticas estejam articuladas em prol de uma estratégia de proporcionar formação profissional para o fortalecimento das economias da própria região, para que aí sim, os efeitos se multipliquem e sejam capazes de atrair investimentos. Para Botelho Júnior (2005), o surgimento de um conjunto diverso de novas atividades instaladas em uma região resulta no chamado efeito multiplicador dos investimentos que provocará um aumento do dispêndio, já que os trabalhadores gastarão sua renda comprando serviços locais, que levará ao aumento do insumo das firmas, que por sua vez aumentará a produção e gerará novos postos de trabalho, causando uma elevação maior no setor terciário, mais especificamente no setor de serviços.

Schneider (2002) analisa a universidade como um atrativo de grande importância para o surgimento de novas atividades e investimentos nos municípios onde as mesmas são instaladas, devido ao volume considerável de recursos injetados, seja através do salário dos docentes e dos técnico- administrativos, seja através do consumo efetuado pelos estudantes, o que desencadeia um efeito multiplicador para a economia do município.

Importante considerar que o entorno dos campi tende a ser a área de maior valorização da renda da terra, o locus privilegiado para investimento imobiliário e de consumo direto, como shoppings, lojas, empresas de serviços, influenciando diretamente na melhoria da infraestrutura urbana, trazendo, a princípio, benefícios a população. Mas isso não significa que a cidade como um todo, sobretudo o comércio venha a ser impactado, até porque entre o tempo de decisão da implantação e o tempo final de construção das instalações definitivas, existe um intervalo mínimo de 2 a 5 anos, dependendo do porte do campus, constituindo em um conjunto de fatores de supra importância na economia local, exercendo um efeito dinamizador e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (BOVO, SILVA e GUZZI, 1996, p. 71) Nessa lógica de mercado, várias demandas começam a surgir, tais como atividades de lazer, restaurantes, bares, moradia própria para estudante, locais para festas como chácaras, dando início a um processo de geração de empregos.

Autores como Mathis (2001), Lopes (2003), Goebel e Miura (2004) concluíram que universidades são promotoras fundamentais para a consolidação do processo de desenvolvimento local e regional, a partir de análises diferenciadas. Goebel e Miura (2004) analisam o papel da universidade como desencadeadora de desenvolvimento, com destaque para a sua importância como geradora de emprego e renda, mas também como geradora de recursos humanos locais e regionais, no município de Toledo, estado do Paraná (PR). Destacam os impactos na formação da mão-de-obra qualificada acrescida da disseminação de desenvolvimento tecnológico através da pesquisa e da extensão e o seu papel de fomentar e

dinalizar o desenvolvimento de serviços necessários à existência e manutenção do meio universitário (p. 46).

Estudo realizado sobre a instalação da UNIPAMPA na cidade de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, buscou analisar os impactos decorrente da atividade universitária. Os resultados indicam que por conta da chegada da UNIPAMPA, percebe-se uma

crescente valorização dos imóveis já existentes no que se refere a valores de compra e venda, principalmente os imóveis próximos a universidade. Tem-se percebido também o aumento significativo do valor dos aluguéis, assim como o aumento da procura de imóveis por jovens (HOFF, MARTIN e SOPEÑA, 2011, p.167)

Outro estudo interessante é o desenvolvido por Mina, Ramos e Rezende (2011) que analisam os impactos econômicos da expansão universitária no município de Alfenas, Minas Gerais. Os autores avaliam os gastos médios dos estudantes e como este fator influencia no desenvolvimento local/regional. Concluíram que

as mulheres apresentam um gasto maior do que os homens. Os gastos mostraram-se significativos com alimentação, lazer e saúde. Dentre os alunos de todas as áreas do conhecimento, os de Ciências da Saúde apresentam um gasto médio maior em todas as categorias, sendo significativo apenas com habitação (MINA, RAMOS e REZENDE, 2011, p. 10)

Importante assinalar que estes estudos de impactos da implantação de campi universitários são bastante significativos, pois podem servir de vetores de planejamento, não somente para forma de criação das universidades, como também para as administrações municipais pensarem o planejamento e a gestão urbana de suas cidades.

Em tempos de globalização e de economias abertas, não apenas as regras do jogo de um mercado cada vez mais competitivo são levadas em conta e nem o alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico, mas principalmente “a educação superior [que] vem sendo identificada como o principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões.” (Rolim e Serra, 2010, p.2). Transformar conhecimento em produtos inovadores implica na articulação entre instituições, cidades, regiões e atores sociais. Este é um desafio constante, como nos lembra Rolim e Serra (2010).

Midlej e Fialho (2005, p. 172) analisando a relação existe entre universidade e região, entendem que

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, qualificando os diferentes níveis de ensino do próprio

sistema educacional, além de desempenhar uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmico- profissional.

Neste sentido, entendemos que as universidades exercem um papel fundamental na dinamização dos espaços regionais, direcionando fluxos e proporcionando uma maior articulação em escala territorial. São as universidades, instituições portadoras de um elevado grau de organização e transformação dos espaços, pois mobilizam recursos humanos e financeiros, que dinamizam as economias locais e regionais.

No entanto, em muitos casos, as universidades são instaladas em lugares onde elas apenas estão e não são da região. Aquelas que apenas estão, podem ser consideradas como verdadeiros enclaves territoriais. Nas palavras de Rolim e Serra (2010)

A realização dessas tarefas não é fácil. Existem muitas barreiras para o engajamento das universidades ao processo de desenvolvimento das regiões em que elas estão presentes. Algumas delas estão mais preocupadas com as questões do conhecimento universal, com temas de interesse nacional, formando alunos para o mercado nacional. Essas são aquelas que apenas estão nas regiões. Por outro lado, existem as universidades que além de tratar das questões universais e nacionais também estão preocupadas com as questões específicas das suas regiões, pesquisam os temas das atividades econômicas das regiões, também forma alunos capacitados para os mercados de trabalho das suas regiões e são parceiras dos demais atores regionais. Essas são as universidades da região. (ROLIM e SERRA, 2010, p.2)

Afirmamos anteriormente que as universidades são multi-escalares. Elas podem se articular e interagir tanto com o lugar a qual está implantada como com a região, o território nacional e o mundo. Mas também podem estar muito mais ligadas apenas a um deles. A questão que se coloca é: qual a contribuição das universidades para o desenvolvimento local/regional e conseqüentemente para uma maior articulação territorial?

São as universidades, hoje, motores de um desenvolvimento e crescimento econômico em muitos casos tardio para alguns lugares distantes no território. Estamos diante de uma forma nova de gerar riquezas: o conhecimento capaz de gerar inovações. Ou seja, o desenvolvimento não é mais pautado apenas na capacidade de recursos minerais que um território possui, mas também no seu capital humano, único capaz de gerar novos produtos inovadores.

PODEM AS UNIVERSIDADES SEREM OS NOVOS POLOS DE CRESCIMENTO? PROPOSTA DE ANÁLISE

Para que as universidades sejam consideradas como polo de crescimento é importante que estudemos com mais afinco alguns dados, informações e processos capazes de retratarem

as dimensões espaciais e escalares das instituições de ensino superior e neste sentido algumas questões precisam ser respondidas:

1. Qual o incremento de investimentos destinados para a implantação dos campi universitários?
2. Estes investimentos de implantação decorreram, a curto, médio e longo prazo, em um aumento dos investimentos públicos nas cidades e regiões onde estes campi foram instalados?
3. Houve alteração no sistema de regulação urbana, que resultaram em melhorias das condições de vida da população?
4. Houve, a curto, médio e longo prazo, o surgimento de novos negócios, principalmente inovadores, instalados a partir de redes de franquia ou apenas surgiram negócios baseados na tradição de consumo local e regional?
5. Os cursos de graduação e pós-graduação atendem as necessidades do mercado local e regional de produção? Estes cursos atendem a demanda de outras regiões do país?
6. Há estímulo da administração pública local, em parceria ou não com a universidade em criar condições de permanência dos estudantes, principalmente aqueles oriundos de outras regiões para que permaneçam na cidade e ou na região, atuando diretamente no mercado de trabalho com através de programas como por exemplo, o de incubadora de empresas?
7. Quais os efeitos positivos e negativos da localização da universidade, quanto ao mercado de trabalho, mercado de moradia e de terras?
8. Houve participação das elites locais e, ou da administração pública no processo de negociação para a implantação do campus?
9. Os alunos egressos atendem a mercados de trabalho localizados em outras cidades e regiões?
10. Os projetos de pesquisa estão diretamente de acordo com as condições sociais, econômicas, políticas e ambientais, no sentido não apenas de entender processos, mas sobretudo de ofertarem soluções para problemas locais e regionais?
11. Os projetos de extensão atendem as necessidades da população externa à universidade ou atendem apenas o seu público interno?
12. Qual o grau de interação entre a universidade e os agentes públicos, privados e comunitários da região?
13. Qual a inserção da universidade nas representações, por exemplo, de conselhos municipais, regionais e setoriais?
14. Como se dá a articulação com os setores produtivos locais e regionais? Estes setores fornecem mercadorias e serviços para a universidade?
15. E, para finalizar, mesmo ciente de que muitas questões podem surgir, qual o grau de inserção local e regional da universidade

Decerto que, para respondermos todas estas questões postas acima, faz-se necessário acompanhar os processos de constituição das universidades, ter disponibilidade de acesso a documentos e dados e principalmente noção que estes processos são de média e longa duração, para que possamos avaliar a polarização das instituições de ensino superior. É claro que alguns efeitos são quase que imediatos, como no mercado de aluguel, na especulação

imobiliária e no consumo de setores específicos de comércio e de serviços, que visam atender as demandas, principalmente dos estudantes que vem de outras regiões para estudarem.

Algumas questões podem requerer a elaboração de índices, por exemplo, como o grau de inserção regional. Importante analisar como os municípios da região de implantação da universidade, se apropriam ou não da localização da instituição, seja na absorção dos profissionais no mercado de trabalho seja nos investimentos diretos na formação de estudantes que se deslocam diariamente do seu município para estudarem.

Em trabalho anterior tínhamos proposto “investigarmos os níveis de cooperação e de relações existentes entre a universidade e a região” (OLIVEIRA JR, 2015, p. 249), com o intuito de identificar se as universidades estão ou são da região. Reproduzo abaixo a descrição destes níveis de cooperação:

Um **nível, de grau 1**, pode indicar ações de cooperação intensas, quando a economia regional “vive” um ambiente de inovação, no qual existe interação entre professores, alunos e instituições, que pode se dar pela criação de empresas por meio de incubadoras ou de políticas municipais de estímulo a criação de novos negócios decorrentes da formação de mão-de-obra qualificada. Possivelmente neste nível a universidade já está consolidada na própria região. Como exemplo podemos citar os campi sedes das universidades que fizeram sua expansão. Outro **nível, de grau 2**, é de quando a cooperação ainda é limitada e ainda está sendo construída. Neste nível, a universidade precisa estabelecer ligações com a economia da região, intensificando os níveis de cooperação, estabelecendo um papel ativo e de liderança na articulação com políticas de desenvolvimento local e regional, bem como com empresas da região. Esta estratégia possibilitaria a universidade se inserir na região, ampliando os fluxos de comunicação e de troca de experiências. Para isto, a universidade deve ampliar seus projetos de extensão com a comunidade e de projetos que viabilizem a produção de um conhecimento mais aprofundado sobre a própria região. Como exemplo, podemos citar os campi surgidos pela expansão, que ainda estão em fase de consolidação. Um **nível mais baixo, de grau 3**, é quando a universidade não estabelece nenhuma ligação com a região na qual está implantada. Neste caso, ela apenas existe na região, é um enclave. Não existe nenhuma forma de cooperação entre a universidade e a região. Neste caso, não existe projetos de extensão e de pesquisa capazes de interagir com a região. Podem ser universidades com alto grau de especialização, que se conectam muito mais com outras universidades, ou as empresas que existem na região não conseguem interagir com a universidade. Isso pode ser muito comum em campi universitários voltados para um segmento exclusivo, como o das licenciaturas, onde o mercado atende muito mais a demandas externas do que demandas internas, e quando as atende, em parte é para repor mão-de-obra. (OLIVEIRA JR, 2015, p. 249-250)



Do ponto de vista conceitual é preciso rever, se quisermos trabalhar *à luz* da Teoria dos Polos de Crescimento, alguns conceitos básicos, como os de espaço econômico, empresamatriz, desenvolvimento e crescimento atrelado ao ensino e seu papel no progresso social, além da requalificação das forças centrífugas e centrípetas desencadeadas da presença da universidade em uma determinada localização, pois será necessário, de um certo modo, olhar a ideia de concentração espacial das atividades econômicas em um outro formato que não seja mais o da indústria do anos 50 do século passado.

Esta nova economia do século XXI, centrada no conhecimento e no aprendizado, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, uso intenso de tecnologias de informação e comunicação está presente, direta e indiretamente, em todos os formatos de negócios e de gestão, especialmente pública, com expectativas de agregar valor, produtividade e crescimento econômico, não apenas às empresas mas também aos espaços urbanos e regionais, capaz de transformar a funcionalidade dos espaços urbanos e das cidades. É fundamental procurar identificar as interações entre a universidade e a cidade, a universidade e a região, a universidade e o território. É fundamental identificar e entender os processos que permeiam estas escalas e quais os graus e níveis de interação, articulação, convergência conexão, com o objetivo de definir até que ponto as cidades (de funcionalidade) universitárias exercem uma polarização ou uma modalidade nas regiões e nos territórios.

Para finalizar, embora os estudos de atividades econômicas e seus efeitos espaciais não sejam novos na análise regional e urbana, estamos de certo modo, diante de um agente (a universidade) que produz uma mercadoria virtual, pessoal e única (o conhecimento) e um produto de alta complexidade (mão-de-obra qualificada), que geram espacialidades diferenciadas no território, gerando cidades e regiões universitárias. Assim, é fundamental que pesquisadores organizem suas pesquisas em rede, não somente pela dimensão espacial do território, mas também da configuração espacial das instituições de ensino superior e seus arranjos espaciais e institucionais.

REFERÊNCIAS

- BECATTINI, Giacomo. O distrito mashalliano. In: BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain (Orgs.) *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1994, pp. 19-31.
- BENKO, George. A recomposição dos espaços. In: *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol 1, n.2, p.7-12, mar. 2001. Disponível em www.desenvolvimento.local.ucdb.br/RevistaInteracoes
- BOISIER, Sérgio. Desarrollo (local): ¿ de qué estamos hablando? In: Madoery, Oscar y Vázquez Barquero, Antonio (eds.), *Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local*. Editorial Homo Sapiens, Rosario, 2001. Disponível em: http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1245948918.Desarrollo_Local_De_que_estamos_hablando__2_.pdf

- BOISIER, Sérgio. La construcción social del regionalismo latino-americano. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*. N° 2, Julio 1994. Caracas, Venezuela: CLAD – Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. Disponível em: <http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/002-julio-1994/0023200.pdf>
- BOTELHO JÚNIOR, C. de O. *Uma Análise Econômica da Expansão da Educação Superior em Juiz de Fora*. Faculdade Machado Sobrinho, 2004. Disponível em: <http://www.machadosobrinho.com.br/extensao/nupe.pdf?PHPSESSID=83e1e3fd5b0c8d0773a86a1acaa53a67>> Acesso em 4 de outubro de 2012
- BOVO, J. M. ; SILVA, R. T. da; GUZZI, V. de S. A inserção social da UNESP de Araraquara: sua importância na economia do município e na prestação de serviços á comunidade. *Perspectivas-Revista de Ciências Sociais UNESP*.São Paulo, n.19, p. 71-85, 1996.
- BRANDÃO, Carlos. TEORIAS, ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS REGIONAIS E URBANAS RECENTES: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf
- CABALLERO-MIGUEZ, Gonzalo El papel de las instituciones en la geografía humana: un enfoque desde la nueva economía institucional. *Economía, Sociedad y Territorio*, vol. IX, núm. 29, 2009, 1-31.
- CASTRO, Iná Elias de. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 7-28, jul./dez. 2003
- CORAGGIO, José Luis. Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo". *EURE*, vol. 11, N° 4, 1972, pp. 25-39. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/820/677>
- DARWENT, D. F. Growth poles and growth centers in regional planning - a review. *Environment and Planning*, 1969, volume 1, pages 5-32
- GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. .Clusters e Distritos Industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política. *Planejamento e Políticas Públicas – PPP.*, nº 21, junho, 2000.
- GARBOSSA, Renata Adriana. Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Paraná e o Desenvolvimento Local e Regional. *Anais XII Encontro Nacional da ANPEGE*, Porto Alegre, 12 a 15 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2011/101.pdf>
- GOEBEL, Márcio Alberto e MIURA, Márcio Nakayama. *A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Disponível em: <http://e->

revista.unioeste.br/index.php/expectativa/login?source=/index.php/expectativa/article/voewFile/743/628.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HOFF, Debora Nayar, MARTIN, Aline Schimidt San e SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Sant`Ana do Livramento. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.16, n.3, p.157-183, set/dez 2011

IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. *Produto interno bruto dos municípios : 2010-2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101458.pdf>

JESUS, Josias Alves de; SPINOLA, Noelio Dantas. Seis Décadas da Teoria dos Polos de Crescimento: revisitando Perroux. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, - Ano XVII – N. 2 - Dezembro de 2015 - Salvador, BA – p. 935 – 952. Disponível em:
<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4204/2850>

LIMA, Jandir Ferreira de. A concepção do espaço econômico polarizado. *INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 4, N. 7, p. 7-14 , Set. 2003. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/viewFile/536/577>

LOPES, R.P.M. Avaliação do impacto financeiro da universidade pública na economia municipal: o caso de Vitória da Conquista. *Revista Conjuntura e Planejamento*, Salvador, n. 71, p. 15-21, abr 2000. Disponível em
<http://www.mesteco.ufba.br/scripts/db/teses.rp.html>

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. *ADCONTAR*, Belém, v.2., n.2, p.19-30, 2001. Disponível em <http://www.gpa21.org.br/pdf/8linstrumentos.pdf>

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani e FIALHO, Nadia Hage. Universidade e Região. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista. n. 1, p. 171-189 2005

MINA, Renan Vidal, RAMOS, Patricia Siqueira e REZENDE, Marcelo Lacerda. Estudo dos impactos econômicos da expansão da Universidade Federal de Alfenas, no município de Alfenas, MG. In: *XV Seminário sobre a Economia Mineira*, 2012, Diamantina – MG. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2012, v. 1, p. 1-12

OLIVEIRA JR, Antonio de. Universidade, Território e o Desenvolvimento das Regiões e dos Lugares: uma proposta de análise. In: *III CIMDEPE - Simpósio Internacional de Cidades Médias 'Perspectivas da urbanização e Reestruturação urbana e das cidades'*, 2015, Rio de Janeiro. Anais do III CIMDEPE, 2015. Disponível em: <http://www.cimdepe.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Anais-III-CIMDEPE-Eixo-6-com-capa.pdf>

PEDROSA, Breno Viotto. A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil. *Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica* (Nova

- Série), Nº 9, 2017. São Paulo: Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2348>
- PERROUX, François. Economic Space: theory and applications. *The Quarterly Journal of Economics.*, Vol,64, Nº 1, Fev, 1950, pp. 89-104. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/article/64/1/89/1843567>
- PERROUX, François. *A Economia do Século XX*. Lisboa, Portugal: Herder, 1967.
- PIRES DO RIO, Gisele. A espacialidade de Economia: superfícies, fluxos e redes. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.) *Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012
- ROLIM, Cassio e SERRA, Maurício. Universidade e Região: ser da região X estar na região. *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa , 2010.
- SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: *Território/Laget, Ufrj*. Ano IV, n.6 (jan/jun. 1999). Rio de Janeiro: Garamond, 1999. pp.5-20.
- SANTOS, Milton. Subdesarrollo y polos de crecimiento econômico y social. *EURE*, Vol. 3, núm. 9, pp. 105-115, 1974, pp. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/859/706>
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997
- SCHNEIDER, L. *Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS)*. UNIFRA, Santa Maria, 2002.
- VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Grandes Projetos Hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- VAINER, Carlos Bernardo. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: Sérgio Margulis. (Org.). *Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Brasília: IPEA/PNUD, 1990, v. 179-211.